



Mulheres pentecostais à sombra da violência religiosa?

Dra. Claudirene Bandini¹

Introdução

A violência simbólica apresenta-se na forma sutil e é portadora de uma força ideológica que entrelaça os valores culturais e morais da cultura e a visão cristã do mundo. A violência simbólica perpassa a violência religiosa através dos comportamentos que expressam intolerância, intransigência, exclusão, indiferença, inflexibilidade e centralização de verdades. Neste sentido, o presente texto tem o propósito de apresentar como a violência religiosa foi legitimada ao longo do tempo e debater as possibilidades e táticas de resistência. A partir dos estudos empíricos será possível (re)conhecer comportamentos de recusa e rejeição por parte de mulheres pentecostais, pois as práticas femininas de resistência fazem com que as relações de poder e dominação de gênero sejam mais complexas no campo religioso.

1. Violência simbólica e violência religiosa

Se por um lado, as religiões oferecem um sentido à vida e compreensão à própria existência, por outro, se apresentam como um guia de comportamentos e de recursos punitivos. As religiões ditam modelos de identidades e proporcionam referenciais específicos para as representações de direitos e igualdade de justiça. Ou seja, modelos, papéis e modo de relacionamentos entre os sujeitos fazem parte do plano institucional da religião é desta forma que as religiões vão moldando homens e mulheres que estão submetidos a elas. O caráter controlador das religiões é inerente à instituição religiosa, pois seus mecanismos de controle social existem para garantir a eficiência do sistema e a reprodução de sua estrutura. Desta

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutoranda em Ciências da Religião na PUC/SP sob a supervisão da Profa. Dra. Maria José Rosado Nunes. Pesquisadora no grupo de pesquisa NEREP/CNPq/ UFSCar e TRAMA/CNPq/UFSCar.



forma, pode-se compreender que, a partir da imposição de um “*estilo de vida*”, se origina a violência religiosa.

O estilo de vida é um princípio unificador e gerador de todas as práticas, um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos (móvel, vestimentas, linguagem, comportamento) a mesma intenção expressiva. Então, para apreender estilos de vida específicos, é necessário examinar o modo de organização das famílias (BOURDIEU, 1983, p. 83).

Em relação ao simbólico, a maior parte das religiões impõe o modelo patriarcal de família, ou seja, de relação heterossexual, chefia masculina e autoridade do homem sobre a esposa, filhas e filhos. Este padrão patriarcal não é exclusivo das religiões. Ele se sustenta também na cultura e nas organizações sociais. Portanto, a violência simbólica contra as mulheres se produz e reproduz nas diversas fontes de padrões patriarcais. Nem sempre de forma sutil, a violência simbólica adquire força ideológica ao afirmar valores culturais e morais nas mais diferentes esferas sociais.

Em quase todas as igrejas cristãs, as mulheres estão em condição de subordinadas, por conseguinte, sem acesso às esferas de decisão de suas instituições. Ao sacralizar o modelo de família patriarcal, por meio das doutrinas, da normatização de condutas e disciplina dos corpos, sobretudo no campo da moral sexual, o cristianismo naturaliza a violência religiosa de gênero e, por ser a ‘vontade de Deus’, inibe qualquer denúncia e resistências. E neste sentido argumenta Eva Faleiros:

A violência surge quando os gêneros não-masculinos saem dos lugares que lhes são determinados e se tornam subversivos – quando o poder patriarcal estruturado é contestado e se acha ameaçado. A violência praticada pela sociedade patriarcal se realiza de diversas formas: identitária, física, psicológica, sexual, institucional, social e politicamente. Articuladas, elas constituem o arsenal de que dispõe o gênero masculino para manter seu poder sobre os outros gêneros (Eva FALEIROS, 2007, p. 73).

Logo, não se choque ao deparar com uma violência de gênero no interior da (sua ou minha) estrutura religiosa porque a violência simbólica está no discurso, na teologia, nos ritos e palavras.

A mulher assume funções relegadas ao seu sexo, o centro da família, do lar, dos filhos é uma função dada a mulher como “presente” de Deus, legitimada pelas instituições religiosas com o versículo bíblico de provérbios que diz “a mulher sábia edifica sua casa, mas a tola, com suas próprias mãos a destrói” (Fernanda LEMOS, 2003, p. 36).



As religiões cristãs ocidentais legitimam as diferenças de gênero, pois pautadas por uma interpretação masculina da Bíblia que atribui culpabilidade à mulher pela queda e expulsão do homem do paraíso, elas condenaram as mulheres à subordinação masculina. Sandra Duarte de Souza explica que *“a religião é uma das responsáveis pela produção e reprodução dessa hierarquia dos sexos, sacralizando papéis sócios culturalmente construídos”* (Sandra SOUZA; 2009, p.53).

Assim, a base religiosa legitima a (re)produção da violência de gênero ao conceder a dominação do homem sobre a mulher e, por conseguinte, daí derivar tantas outras violências (física, sexual, psicológica, verbal).

2. Corpos que não incorporam

Até este momento do texto, apresentei as mulheres enquanto subordinadas à estrutura patriarcal. Contudo, meu caminho daqui em diante é demonstrar que elas, apesar de inseridas num processo de reiteração ritual de normas, elas não a constitui totalmente porque em suas próprias dinâmicas cotidianas elas constroem seus *projetos*² num enfrentamento com o poder institucionalizado. Portanto, foi possível identificar práticas de resistências e capacidades de ação política ao analisar as trajetórias sociais de líderes femininas pentecostais. O desejo de realizar os próprios projetos acaba por gerar uma força propulsora de mudança que ativa a ação reflexiva acerca dos limites às quais estão submetidas. Essa ação reflexiva resulta nas práticas de resistência³.

Algumas trajetórias femininas rompem com a lógica hegemônica a respeito dos modelos ditados à mulher cristã porque são mulheres que ressignificaram suas práticas sociais e subjetividades e construíram novas

² Não existe um projeto individual *"puro"*, ou seja, sem referência ao outro. Cada projeto é elaborado e construído em função de experiências socioculturais, sem desconsiderar a estrutura de vivência e as interações estabelecidas no tecido social. (VELHO, 1980,p.42).

³ Michel Foucault e Judith Butler consideram que o sujeito encontra as suas próprias possibilidades de subjetivação construindo estratégias de resistência ou de subversão aos mandatos sociais que o limitam. Essa possibilidade de liberdade é denominada por Foucault *subjetividade ética* e Judith Butler por *agência*, em cuja noção o desejo aparece como um aspecto fundamental.



condições para a realização de seus projetos e para a abertura de mudanças socioculturais em suas comunidades religiosas.

A conexão entre o corpo, nome, marca e gênero transforma um dos domínios sociais e simbólicos mais intrigantes na circunscrição das relações de gênero no campo religioso pentecostal (Claudirene BANDINI, 2014).

Por meio da “*naturalização de uma ética*” (BOURDIEU, 1999, p. 38), o universo simbólico do pentecostalismo e neopentecostalismo lança as mulheres em relações discriminatórias e paradoxais em suas práticas cotidianas. Porém, uma vez que estão inseridas numa sociedade mais ampla, sendo portadoras de subjetividades e projetos individuais, as mulheres pentecostais podem apresentar diferentes trajetórias e diferentes compreensões e reinterpretações da própria religião.

As mulheres obreiras da Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, apreendem a estrutura mental do espaço social da igreja segundo o modelo de condutas correspondente à esposa de pastor. Durante o processo de preparação para se tornarem esposas de pastor, as mulheres iurdianas entram numa luta pelo reconhecimento social, uma vez que, o que está em jogo é a acumulação de uma das formas do capital social: capital simbólico. A honra, o prestígio e a reputação fazem parte desta luta pelo capital simbólico das obreiras na etapa de ascensão ao pastorado. Trata-se de uma luta que “não é nem sempre consciente e calculada, nem mecanicamente determinada”, mas que pode ser analisada como produto de uma “lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento” (BOURDIEU, 1990, p. 35). Em síntese, esta ‘preparação’ das mulheres nada mais é do que uma imposição de responsabilidades e comportamentos inerentes à atividade e negação dos direitos próprios de cada mulher inserida nesta categoria de mulheres. Desta forma, a Igreja Universal busca consolidar o *habitus* feminino, modelar o comportamento das esposas de pastores iurdianos segundo um sistema de esquemas que opera no nível prático como princípios de classificação entre homens e mulheres. Um sistema que, simultaneamente, organiza e orienta as ações de todos os participantes deste grupo social.



Apesar da condição de desvantagem das mulheres pentecostais diante dos homens, ao longo da pesquisa registrei relatos que demonstram as conquistas simbólicas e materiais para suas vidas mesmo que inseridas nesta categoria de mulheres. Os estudos de caso⁴ ilustraram a complexidade das relações de poder-dominância de gênero no campo religioso. Ao descortinar as ações de resistência e identificar os ganhos mediante o poder patriarcal foi possível evidenciar a prática de empoderamento individual das mulheres pentecostais.

Os processos sociais de desenraizamento e enraizamento são frequentes na vida das esposas de pastores pentecostais. Contudo, no cotidiano elas desenvolvem formas de interação com a coletividade e formas de conservarem seus tesouros do passado. Embora laços sejam rompidos com os constantes deslocamentos, algumas conseguem reconstruir suas relações sociais e ressignificar seu sentimento de pertencimento social, territorial ou simbólico.

Conclusão

De forma sucinta, este texto apresentou que a violência de gênero é perpetuada em nossa sociedade em virtude dos valores patriarcais e misóginos consolidados pelas instituições sociais, inclusive, as religiosas.

Contudo, é possível identificar as mudanças ocorridas nas últimas décadas em relação à submissão feminina no espaço religioso. Pastoras e teólogas feministas têm apresentado outras leituras e personagens bíblicas que contestam a tradição patriarcal. Sim, as mudanças são lentas e graduais, mas o processo está em movimento.

Portanto, o propósito aqui foi de apontar que há mecanismos de resistência e de subversão no cotidiano religioso em relação ao patriarcado. As mulheres são capazes de conquistar e ocupar espaços de poder e criar mecanismos de mobilidade social, aumentando seu campo de possibilidades, articulando o tempo e adquirindo novos recursos materiais e simbólicos. Tais mecanismos começam a

⁴ Em minha pesquisa de doutoramento realizei uma análise comparativa entre três igrejas pentecostais paulistas: Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Assembléias de Deus. A tese foi publicada em forma de livro e pode ser acessada na Editora Pontocom.



ser desenvolvidos em pequenas e escassas práticas do dia-a-dia, transformando-se com o tempo em novas possibilidades, pois cada mulher age de acordo com o capital social conquistado em sua trajetória social. Ou seja, cada uma age da forma como é socialmente. Cada trajetória feminina é enraizada num determinado *lugar*, acontece num determinado *campo social* no qual o espaço e o poder são disputados por diferentes sujeitos. Afinal, o campo religioso também está repleto de diversidades, estratégias e práticas de dominação. Então, no mesmo espaço em que se concretizam as lutas, necessariamente, é o mesmo espaço onde se conquista a emancipação? O comprometimento com os processos da coletividade e o trabalho pela superação da desigualdade social precisa ocorrer somente no espaço da política?

Referencias Bibliográficas

BANDINI, Claudirene. Costurando certo por linhas tortas: práticas femininas em igrejas pentecostais. Salvador: Editora Pontocom, 2014. Série Acadêmica, 6. Disponível em:

____ **As Igrejas Pentecostais e o Ministério Pastoral Feminino. In: CUNHA, Magali do N. & SANTOS, Suely X.,(Org.) Caladas na igreja: mulheres e igreja nos dias de hoje. Editeo. São Bernardo do Campo, 2013.**

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. Paidós. Barcelona, 2003.

DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Bárbara Bastos. Disponível em< <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/5543/5507> > Acessado em: 30 de julho de 2013.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. Violência contra a mulher adolescente/jovem. (Orga.) TAQUETTE, Stella R. EduERJ. Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: o cuidado de si. Edição 9ª. Graal. São Paulo, 2007.



JARSCHEAL, Haidi Jarschel; NANJARÍ, Cecília C.. Religião e violência simbólica contra as mulheres. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LEMOS, Fernanda. Discurso Religioso e Violência de Gênero – Uma Análise da Linguagem Episcopal no periódico *Conexão*. *Revista Mandrágora*, ano 07. n.7/8. São Bernardo do Campo: NETMAL, 2001/2002.

_____. Religião, Gênero e sexualidade. O lugar da mulher na família camponesa. Ed. UCG. Goiânia, 2005.

SOUZA, Sandra D. LEMOS, Carolina T. A casa, as mulheres e a igreja. Fonte Editorial. São Paulo, 2009.